



# Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

Birigui – 28 de julho de 2025.

Parecer: 116/2025

**Solicitante: Reginaldo Fernando Pereira**

Presidente da Câmara Municipal de Birigui

**Assunto: Projeto de Lei 102/2025 – “FICA VEDADO A CONTRATAÇÃO DE SHOWS, ARTISTAS E EVENTOS ABERTOS AO PÚBLICO INFANTOJUVENIL QUE ENVOLVAM, NO DECORRER DA APRESENTAÇÃO, EXPRESSÃO DE APOLOGIA AO CRIME ORGANIZADO OU AO USO DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Senhor Presidente:

Conforme determinado por Vossa Excelência, estamos enviando parecer sobre o projeto em epígrafe, de autoria do Executivo Municipal dispõe fica vedado a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas e dá outras providências. Projeto registrado no Protocolo Geral desta Casa sob número 2171/2025, em 28 de julho de 2025. Despachado para parecer em 28 de julho de 2025. Recebido para parecer em 28 de julho de 2025.

## I – Do Projeto.

Projeto de lei que estabelece impedimento ao poder público municipal de realizar contratação de shows, eventos e artistas aberto ao público infantojuvenil, com repertório que envolva expressões que fazem jus a apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas.



# *Câmara Municipal de Birigüi*

*Estado de São Paulo*

Em seu artigo 1º ainda enfatiza a respeito da responsabilização solidária dos pais em relação a presença de menores de idade em eventos do tipo, artigo 2º veda ao município qualquer tipo de apoio aos respectivos eventos. Artigo 2º, § 1º, determina multa no valor de cem por cento do valor do contrato e rescisão contratual, pelo descumprimento da presente lei.

Fica estabelecido no artigo 2º, § 2º, que a denúncia referente as expressões de apologia ao crime organizado e ao uso de drogas poderá ser realizada por qualquer pessoa, entidade ou órgão do poder público municipal perante a ouvidoria do município, § 3º determina que o auto de infração será realizado pelos órgãos competentes, guarda civil municipal ou polícia militar.

O artigo 3º veda qualquer tipo de apoio do poder público municipal a eventos que envolvam as expressões mencionadas no projeto de lei como apologia ao crime organizado e uso de drogas, em seu § único, o parágrafo estabelece que a denúncia a vedação ao apoio, patrocínio em eventos deste tipo poderá ser realizada por qualquer pessoa, entidade ou órgão do poder público municipal a ouvidoria do município, sofrendo as mesmas sanções do § 1º, do artigo 2º, do presente projeto de lei.

## **II – Do Direito.**

Projeto de lei que visa a preservação de crianças e adolescentes ao acesso de eventos com conteúdo inadequado para suas respectivas idades, que fazem apologia ao crime ou utilização de drogas, tendo por objetivo proteger esse público diante de certas circunstâncias que podem influenciá-los.





# *Câmara Municipal de Birigüi*

*Estado de São Paulo*

A proposta não incide em vício de iniciativa na medida em que não cogita a criação de serviço público, nem interfere com a sua prestação, mas apenas institui regra geral sobre a não aplicação de verbas públicas em eventos dessa natureza.

O projeto de lei vem de acordo com que estabelece a Lei Orgânica do município em relação a proteção das crianças em adolescentes, artigos 7º, 18, 74 do Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Orgânica do Município de Birigui em seu 181, § 1º, § 2º, II e III, artigo 277 da Constituição do Estado de São Paulo, 227 da Constituição Federal.

## Lei Orgânica do Município de Birigui:

**Art. 181.** O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família. **§ 1º** O Município suplementará a legislação federal e estadual, dispondo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiências, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e privados e veículos de transporte coletivo. **§ 2º** Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, dentre outras, as seguintes medidas: (...) **II** – ação contra os males que são instrumentos de dissolução da família; **III** – estímulo aos pais e às organizações sociais para a formação física, intelectual, cívica, moral e espiritual da criança;

## Constituição Federal:

**Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura,



# *Câmara Municipal de Birigüi*

*Estado de São Paulo*

à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição do Estado de São Paulo:

**Artigo 277** - Cabe ao Poder Público, bem como à família, assegurar à criança, ao adolescente, ao jovem, ao idoso e aos portadores de deficiências, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente possui dispositivos com relação ao tema como segue:

**Art. 7º** A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

**Art. 18.** É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

**Art. 74.** O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada. **Parágrafo único.** Os responsáveis





# *Câmara Municipal de Birigüi*

*Estado de São Paulo*

pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.

### **III - Do Parecer Jurídico.**

O parecer jurídico, ressalvada as hipóteses onde a lei determina seu caráter vinculativo, é uma peça técnico-opinativa não vinculativa de assessoramento parlamentar, não afastando critérios de oportunidade e conveniência inerentes ao exercício do mandato eletivo, nos termos da ADPF 412, do C. Supremo Tribunal Federal.

### **IV – Conclusão.**

Assim, opinamos pela legalidade e constitucionalidade da propositura, submetemos o presente à alta consideração de Vossa Excelência, e aos demais membros da Casa, estando apto para deliberação em Plenário.

É o parecer.



Fernando Baggio Barbieri  
Advogado Público  
OAB/SP nº 298.588